

CLASSE, RAÇA, GÊNERO: uma análise acerca do trabalho social realizado no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) no município de Campos dos Goytacazes-RJ

Carolina Quemel Nogueira Pinto¹

Introdução

Por que escrevo?
Porque eu tenho de
Porque minha voz,
em todos seus dialetos,
tem sido calada por muito tempo.
(Jacob Sam-La Rose *apud* Kilomba, 2019, p.27).

O presente ensaio parte de análises iniciais da pesquisa de mestrado inserida na Escola de Serviço Social da UFRJ, em que se pode refletir acerca do desenvolvimento dos mecanismos de proteção social brasileira que vem sofrendo, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 até os dias atuais, profundos processos de incertezas com as remodelagens e pautas da Agenda Pública Nacional (VIANNA, 2002) acarretando maiores desigualdades para determinado grupo. Portanto, mais especificamente neste trabalho, o propósito é refletir sobre a articulação da proteção social as pautas de raça e gênero, no sentido de demonstrar a importância de conhecer para transformar, e assim criar/ter uma voz para lutar.

O padrão protetivo inaugurado em 1988, ao longo da década de 1990 passa por uma desidratação com o advento das políticas neoliberais que transforma a relação entre Estado e sociedade civil, reduz os investimentos nas políticas públicas universais em detrimento de um padrão de investimento em políticas sociais pautado na seletividade e máxima focalização e na transferência de responsabilidades públicas para setores privados e filantrópicos. O cenário vem se remodelando ao longo dos anos, e mesmo tendo sofrido alguns ganhos em período recente, a onda privatista e de desobrigação do Estado Brasileiro com a construção da cidadania com a adoção de medidas de enfrentamento à fome e à pobreza se perdem na dubiedade das agendas e dos discursos (LOUREIRO, 2022).

Apesar de todos os conflitos, a política de assistência social cresce como política pública com a promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS (8.742/93) e logo após com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS de 2004 e Norma Operacional Básica – NOB/2005, que se instituiu o Sistema Único da Assistência Social – SUAS. Além destas, há outras normas e instrumentos que fomentam esta política como a Tipificação dos serviços socioassistenciais (2009), documento que pretende contribuir para a qualificação do principal serviço de Proteção Básica do SUAS, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF.

¹ Assistente Social formada pela UFF-Campos dos Goytacazes-RJ; Especialista em Cidadania, Inclusão e Diversidade pela UFMA e Mestranda no programa de Serviço Social da UFRJ.

Todavia, mesmo com a consolidação do SUAS e da importância do PAIF, para a política de Assistência Social, a questão é que os investimentos em benefícios são muito maiores que nos serviços e, para além disso, no período de “2016 a 2020 assiste-se um desmonte do campo protetivo” (RIZZOTTI e LOPES, 2021, p.50). Ou seja, demonstra-se a necessidade do reconhecimento dos campos de resistência (como os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, mais especificamente o serviço de PAIF) e a urgência de luta por maior concentração do papel do Estado na garantia de direitos sociais, assim como o reconhecimento do protagonismo das(os) usuárias(os) e trabalhadores do SUAS.

Desse modo, o serviço de PAIF é tido como fator principal para sustentar a política de assistência social proposta e que vem sendo construída desde a Constituição Federal de 1988 e da publicação da PNAS. Isto é, uma política pública que pretende inovar ao “materializar a centralidade e responsabilidade do Estado no atendimento e acompanhamento das famílias” (BRASIL, 2012, p.5). Seguindo nesta lógica está o II Plano Decenal de Assistência Social (2016-2026) em que consta como meta

[...] o trabalho social com a perspectiva de gênero e raça deve, necessariamente, ser incorporado às metodologias de trabalho do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias – PAIF, como forma de fortalecer o empoderamento, a construção de identidades positivas, a valorização da diversidade, a participação social e a defesa coletiva da dignidade e dos direitos destes segmentos (BRASIL, 2016, p. 29).

O papel fundamental do PAIF é compreender as especificidades dos territórios a partir do diagnóstico territorial, de uma leitura crítica da situação vivenciada e escuta qualificada no atendimento às famílias e grupos sociais residentes daquele local (BRASIL, 2012). E para concretizar o objetivo do trabalho social devem utilizar-se de ações culturais – apresentações musicais, teatrais, mídias, dança, dentre outros - que valorize as identidades das famílias e seus territórios, a fim de fortalecer o sentimento e pertencimento da comunidade, propiciando reviver e/ou ressignificar experiências, assim como gerar novas vivências e conhecimentos (BRASIL, 2012).

Nesse sentido, o presente trabalho pretende investigar em que medida a questão racial e de gênero tem sido abordada na política de Assistência Social, mais especificamente, no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) no município de Campos dos Goytacazes-RJ. Para tal, primeiro apresentaremos a realidade social do município de Campos dos Goytacazes, para após refletirmos sobre a confluência das categorias de classe, raça e gênero. A pesquisa de mestrado se encerrará após análise dos dados qualitativos levantados nas entrevistas semi-livres com as(os) trabalhadoras(es) do CRAS e nos grupos focais com as usuárias do PAIF, à luz dos conceitos e categorias citados.

Um panorama de Campos dos Goytacazes-RJ

O município de Campos dos Goytacazes abrange uma área total de aproximadamente 4 032 km², sendo o de maior extensão territorial do Rio de Janeiro, correspondendo a quase 10% do território estadual (IBGE, 2010). Historicamente, Campos dos Goytacazes e toda região Norte Fluminense, ficou marcada como uma das que mais receberam escravos, e a produção, por lá, por muito tempo, baseou-se neste perfil de trabalho. Com a abo-

lição e sem proteção das políticas públicas, a massa populacional passa a contar com a própria sorte e passam a adensar os bolsões de pobreza da cidade. Esses rebatimentos são sentidos na cidade até hoje, visto que foi uma das últimas cidades no Brasil a realizar a abolição (PMAS-Campos dos Goytacazes, 2022).

De acordo com o censo demográfico de 2010, a taxa de desocupação no município de Campos dos Goytacazes (10,19%) era superior à taxa de desocupação no país (7,29%). Em termos absolutos significa que o município tinha, no ano referido, 47.254 pessoas desocupadas. O que é um número significativo de pessoas e representa um ponto de atenção para a administração pública local, uma vez que a pouca ocupação em empregos formais é requisito fundamental para aumento do número de indivíduos em situação de vulnerabilidade social no município. Outro dado relevante é que tanto para o país, mas, principalmente, em âmbito municipal as mulheres eram quem mais sofriam com a desocupação. Os dados do IPEA (2022) mostram que no Brasil essa taxa assume o valor de 9,89%, enquanto em Campos dos Goytacazes, o valor é de 14,88% (PMAS-Campos dos Goytacazes, 2022). Mais uma vez, o município analisado apresentava dados piores que o nacional, mesmo estando na região mais desenvolvida do país.

Para o recorte de desocupação por cor ou raça, vale destacar que a população negra é a que mais enfrenta os problemas tanto no Brasil (8,7%) quanto em Campos dos Goytacazes (11,28%) (IBGE, 2010). Neste último, o efeito da cor está mais presente para afastar os indivíduos do mercado de trabalho formal. Assim, a questão racial se soma às demais (como classe e gênero) para ampliar a vulnerabilidade da população negra. Tais dados confirmam o que é apontado pelas pesquisas, ou seja, as mulheres negras são as mais vulneráveis e, portanto, mais sujeitas a se encontrarem em situação de vulnerabilidade.

Isso indica questões a serem problematizadas como oportunidades de acesso ao mundo do trabalho, equiparação salarial e as condições efetivas para a mulher de hoje se manter no mercado de trabalho sendo ela aquela que historicamente vem sendo responsável pelo cuidado com o lar, os filhos e idosos” (PMAS-Campos dos Goytacazes, 2022, p.41-42).

Segundo os dados do Ministério da Cidadania, em abril de 2012 eram 130.526 pessoas nessa condição e em abril de 2022 passou para 162.475 pessoas. Significa, portanto, que levando em conta a população estimada em 2021, segundo o IBGE, de 514.643 pessoas, cerca de 32% do município se encontra em situação de pobreza e extrema pobreza. No período analisado, houve um aumento de 24% no número de cidadãos campistas em condição de pobreza e extrema pobreza (PMAS-Campos dos Goytacazes, 2022), acima da média registrada no Estado de 14% de aumento (IPEA, 2022).

O aumento registrado no número de pessoas inscritas no CadÚnico, em situação de pobreza e extrema pobreza, no município de Campos de Goytacazes revela um cenário no mínimo contraditório. Enquanto o município apresenta um PIB per capita muito elevado e bem acima do estado do Rio de Janeiro e do Brasil, ao mesmo tempo apresenta índices de pobreza e vulnerabilidade grandes. A partir do cenário descrito é possível inferir que a riqueza se encontra concentrada, há insuficiência ou ausência de políticas e serviços públicos sociais com força suficiente para revertê-lo, além de preconceitos raciais e de gênero enraizados historicamente.

Analisando tais informações, percebe-se a necessidade da implantação de políticas que informe e combata os dados apresentados, visto que dentro destes números também

entram as(os) profissionais que se encontram na linha de frente nos espaços de combate à pobreza, como o CRAS. Uma pesquisa realizada pelo CFESS (2022) expõe que a maioria das assistentes sociais do Brasil se reconhecem enquanto mulheres (92,92%), se autodeclararam negras(os) e pardas(os) (50,34%), casadas(os) (45,09%) - porém com o crescimento contínuo de solteiras(os) com 37,88% e relacionamentos com variações entre heteronormativo e homoafetivo - e com renda familiar de até 3 salários mínimos, sendo que a maioria exerce atividade laboral durante a graduação e\ou pós-graduação (69%) (ABEPSS, 2022).

Em Campos dos Goytacazes, a partir da pesquisa realizada por MORAES (2022) e outros colaboradores, na UFF-Campos dos Goytacazes, entre o período de 2017-2019 que integrou o projeto denominado “O mercado de trabalho de assistentes sociais das regiões Norte e Noroeste Fluminense”, verificou-se que: Campos possui 2.236 assistentes sociais trabalhadoras/es ativas(os) nas regiões Norte e Noroeste Fluminense, contudo nesta pesquisa totalizaram o quantitativo de 149 participantes. Dentre os dados coletados, identificou-se que 96% das/os assistentes sociais do Norte Fluminense são do sexo feminino (96%), predominância daquelas que possuem entre 40 e 49 anos (35,6%) e de orientação sexual heterossexuais (94,6%). Quanto ao autorreconhecimento a sua pertença étnico-racial é onde há divergências comparadas aos indicadores nacionais, pois 61,7% se identificam como “brancas/os”, 36,9% se autodeclararam negras(os) e pardas(os) e 1,3% não respondeu à questão (MORAES, 2022, p. 247).

Esses dados divergem de indicadores nacionais (IBGE, 2019; IPEA, 2011), que têm apontado para o crescimento anual de brasileiros que se declaram pretos – grupo que, com os pardos, constituem a população de identidade negra (EURICO, 2013). Além disso, no contexto de Campos/RJ, o IBGE (2010) aponta o maior percentual da população negra em comparação à branca e à amarela. De forma geral, essa tendência tem sido analisada pelo IPEA (2011) como resultado de como as pessoas se veem (MORAES, 2022, p. 247).

Tais divergências demonstram o quanto a subjetividade da população campista permanece imbricada com as assimetrias colocadas pelo racismo e pelo sexismo, ou como cita Marcuse (1986) pela subjetividade hegemônica, visto que as próprias profissionais do município possuem discrepâncias com a totalidade de assistentes sociais apresentada na pesquisa do CFESS (2022) que se autorreconhecem negras(os) e pardas(os) (50,34%).

Importante mencionar e reafirmar a centralidade das políticas de ação afirmativa de inclusão e permanência (políticas de democratização do acesso) na formação de um novo perfil de estudantes e de profissionais que emergiu ao longo dos anos, porém factualmente com benefícios de auxílio permanência e posteriormente com a Lei de cotas no ensino superior (Lei nº 12.711/2012) (PINTO, 2023).

Dito isso, a pesquisa de mestrado pretenderá averiguar se o debate acerca de classe, raça e gênero estão chegando no serviço de PAIF nos 13 CRAS cadastrados no município de Campos dos Goytacazes-RJ, de modo a incentivar as propostas realizadas pelas instâncias participativas deliberativas e colocar em prática as deliberações constantes do II Plano Decenal.

Reflexões sobre o tema: Encruzilhada

A tontura da fome é pior do que a do álcool. A tontura do álcool nos impele a cantar. Mas a da fome nos faz tremer. Percebi que é horrível ter só ar dentro do estômago (p.38). [...] Eu escrevia as peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondiam-me: - É pena você ser preta. Esquecendo eles que eu adoro minha pele negra e meu cabelo rústico. Eu até acho o cabelo de negro mais “iducado” do que o cabelo de branco. Porque o cabelo de preto onde põe, fica. É obediente. E o cabelo de branco, é só dar um movimento na cabeça ele já sai do lugar. E indisciplinado. Se é que existe “reencarnações”, eu quero voltar sempre preta (JESUS, 2014, p.55).

Carolina Maria de Jesus, mulher, negra, favelada, mãe de três filhos criados sem pai presente, como tantas mulheres brasileiras. Carolina foi uma das maiores escritoras do Brasil, porém pouco estudada nos espaços educacionais tendo sua história de resistência silenciada. A autora deixa um repleto arsenal de reflexões articuladas sobre raça, gênero, sexo e classe que colaboram para fomentar e compreender melhor a realidade desse grupo específico, que inclusive é o perfil majoritário presente no serviço socioassistencial do PAIF.

Atualmente o debate racial e de gênero vêm sendo mais debatido nas universidades, mas para o Serviço Social, tais debates tem chegado até as(os) usuárias(os) como proposto pelas instâncias deliberativas? Compreende-se que para o Serviço Social, a discussão dessas questões interseccionadas vem sendo trabalhada com mais força. No entanto, ainda faltam disciplinas na graduação que contemplem melhor a realidade da formação social brasileira (PINTO, 2022) e que acompanhe os movimentos coletivos atrelados à classe trabalhadora, de forma a destacar a importância de refletir sobre de que maneira as opressões se combinam e entrecruzam (DAVIS, 2016), como numa encruzilhada (AKOTIRENE, 2018).

Em um artigo intitulado “As mulheres negras na construção de uma nova utopia” publicado no portal Geledés – Instituto da Mulher Negra (2011) a partir da participação de Angela Davis na 1º Jornada Cultural Lélia Gonzales – 1997, em São Luís (MA) -, a autora realiza uma crítica a esquerda ortodoxa.

As organizações de esquerda têm argumentado dentro de uma visão marxista e ortodoxa que a classe é a coisa mais importante. Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras (DAVIS *apud* GELEDÉS, 2011).

Isto é, não há hierarquização de opressões (DAVIS, 2016; LORDE, 2019), mas sim a compreensão da necessidade e importância de trazer a “instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado” (AKOTIRENE, 2018, p.14), denominado interseccionalidade. De todo modo, a interseccionalidade é uma proposta para se compreender a interdependência das relações sociais, a partir das múltiplas fontes da identidade, embora não tenha a pretensão de propor uma nova teoria globalizante da identidade (CRENSHAW, 1994).

Nesse sentido, como bem se sabe, a política de Assistência Social são para todas(os) que dela necessitam, contudo prioriza-se a população pobre e\ou em situação de vulnerabi-

lidade social no que diz respeito a inserção em benefícios e\ou serviços socioassistenciais, assim como encaminhamentos para outros serviços locais. Os CRAS são um dos espaços organizacionais de acesso a proteção social básica, onde é realizado o desenvolvimento de potencialidades, prevenção de risco social e na promoção da autonomia das famílias, no âmbito do PAIF, composto de escuta, atendimento e acompanhamento familiar, associado a vivências subjetivas que contribuiriam para o desenvolvimento da autoestima, de reconhecimento, de vínculos e de projetos (JACCOUD, 2020, p.454).

A família é reconhecida pela Sociologia como uma instituição social que tem o papel de socialização de seus membros e transmissão de valores e da cultura de onde se vive, ou seja, lugar privilegiado da constituição da subjetividade humana, da sociabilidade e formação de valores. A família “tem um papel importante na estruturação da sociedade em seus aspectos sociais, políticos e econômicos e, portanto, não é apenas uma construção privada, mas também pública” (MIOTO, 2008). Para além disso, é o espaço de cuidado, proteção, mas também de conflito, isolamento e até mesmo de violações, e é por essas e outras questões que a matricialidade sociofamiliar é um dos eixos estruturantes no SUAS.

Todavia tal ponto precisa ser problematizado, pois para quem recai essa pressão do cuidado historicamente?! Na mulher, mas sobretudo, na mulher negra chefe de família que é “julgada” por diversas dimensões. Em Campos este ponto se comprova através dos dados apresentados anteriormente e na conclusão do Plano Municipal de Assistência Social de 2022-2025, visto que destacou-se o crescimento de mulheres negras chefes de família em situação de vulnerabilidade social no município.

Ademais, atualmente, há uma pluralidade de famílias (BRASIL, 2004) que se agrupam por diversos motivos, seja por laços consanguíneos, afetivos, solidariedade e\ou pela pobreza, pois mesmo tendo conflitos em casa, as pessoas – principalmente as mulheres – permanecem porque não conseguem (ou em alguns casos não podem) suprir suas necessidades sozinhas(os).

Nesse sentido, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, objetivo central do PAIF, supõe o trabalho no campo das subjetividades. Destaca-se, entretanto, que assumir a subjetividade como um dos elementos do trabalho social com famílias não é negar ou diminuir a importância das situações objetivas de vulnerabilidade que atingem as famílias, tais como a desigualdade social e o não acesso a direitos (BRASIL, 2012, p. 19).

Ao contrário, é compreender que somos constituídos pela encruzilhada de diversas dimensões, subjetivas e objetivas, e que o PAIF possibilita orientar acerca dos direitos sociais e econômicos individuais, assim como incentivar o desenvolvimento coletivo de um grupo ou comunidade. E como bem visualizamos a partir dos dados apresentados, enquanto no Brasil vem aumentando a autodeclaração de pessoas pretas e pardas, em Campos, esse cálculo se diverge, demonstrando ainda resquícios históricos sobre o que é ser e\ou se reconhecer negra(o) no município.

De acordo com esse ponto particular de Campos, há o crescimento do capitalismo globalizado e a reificação das relações, o mercado também quer capturar os diferentes grupos e indivíduos, assujeitando-os a esse modo de existir (BASTOS e SOUZA, 2022). Conforme a este pensamento, Marcuse (2001) explicita acerca da cultura afirmativa:

[...] é aquela cultura pertencente à época burguesa que no curso de seu próprio desenvolvimento levaria a distinguir e elevar o mundo espiritual-anímico², como uma esfera de valores autônoma, em relação à civilização. Seu traço decisivo é a afirmação de um mundo mais valioso, universalmente obrigatório [...], que é essencialmente diferente do mundo de fato da luta diária pela existência, mas que qualquer indivíduo pode realizar para si “a partir do interior”, sem transformar aquela realidade de fato (MARCUSE, 2001, p.17).

Para Marcuse (2001) a maioria explorada e expropriada continua aceitando tal posição porque desde que o capitalismo fez a ocupação da “alma” humana e a moldou de acordo com os princípios de sociedade de consumo, essa ordem passou a falar mais alto dentro de cada ser. Nesse sentido, a pessoa segue voluntariamente a influência dessa subjetividade hegemônica - ou a “alma” -, e passa a falar, pensar e desejar como o capitalismo globalizado quer (BASTOS e SOUZA, 2022, p.2). Dessa forma, é preciso pensar a subjetividade hegemônica não para reproduzi-la pelos ideais do colonizador, porém para construir um novo ideal de ego que privilegie a si, enquanto cidadã(ão) e aos seus, enquanto comunidade e coletivo. Isto é, “produzindo emancipações para as diversas minorias que sofrem jugo” (BASTOS e SOUZA, 2022, p.17).

Acompanhando essa perspectiva, segundo Souza (2021), o racismo começa de dentro, na “alma”, já que o perfil de identificação de pessoas negras se faz a partir de um “ideal de ego” branco e explica que é necessário um raro grau de consciência para que esse quadro se inverta. A autora então propõe duas alternativas para ascensão social do negro brasileiro: esta que vivemos, onde engendra no negro uma ferida narcísica por não cumprir esse ideal do figurino branco; E a outra alternativa, a que devemos abarcar no PAIF, a que consiste em construir uma “identidade negra gerada a partir da voz de negros, no propósito de construir feições próprias, fundada portanto em seus próprios interesses, transformadora da história - individual e coletiva, social e psicológica” (SOUZA, 2021, p.116).

Somada a esta alternativa, trabalhar a (des)responsabilização do indivíduo pela sua própria condição de pobreza imposta pela subjetividade hegemônica. Isto é, problematizar a “cultura do privilégio”³ (SIEYES, 2003) e abarcar o “princípio do igual respeito”⁴ (REGO e PINZANI, 2014) de modo que incentive a consciência de classe e que compreenda que políticas sociais não são caridades, mas sim inclusão social das(os) beneficiárias(os)\usuárias(os) dessas políticas.

Para completar o objetivo, também necessário abarcar a teoria feminista, mas não qualquer feminismo e sim “um feminismo que traz uma definição diferente do que conta como questão feminista, uma orientação de classe diferente, um éthos diferente – radical e transformador” (ARRUZZA *et al*, 2019, p.28).

Desse modo, as ações culturais previstas para o PAIF devem inserir os pontos citados acima através da arte, a fim de buscar a ética e estética de uma consciência crítica que transforme a subjetividade hegemônica em subjetividade rebelde (MARCUSE, 1986).

² Relativo a ou próprio da alma.

³ Para uma melhor compreensão da noção de privilégio, ver mais em Sieyes (2003).

⁴ “Cada um possui os mesmos direitos que os outros no que diz respeito à participação na vida política de sua comunidade, porque cada um merece a mesma atenção e a mesma consideração (isso quer dizer: o que merece a mesma atenção e consideração são os indivíduos, assim como seus interesses, suas preferências, suas necessidades etc.). Às vezes, contudo, essa conexão entre direitos de participação e respeito se perde por razões historicamente contingentes (REGO e PINZANI, 2014, p.86). Para exemplos, ver mais em Rego e Pinzani (2014).

À vista disso, a questão é: Se as diretrizes curriculares do curso de Serviço Social vêm nos últimos tempos abarcando as “novas” demandas (PINTO, 2023) e há forte ocupação da “alma” correspondente a sociedade de consumo (MARCUSE, 2001), entre as(os) trabalhadoras(es) e as usuárias(os), como o trabalho social com perspectiva de raça e gênero vem sendo aplicada no serviço de PAIF a partir das deliberações realizadas no II Plano Decenal de Assistência Social (2016-2026) no município de Campos dos Goytacazes-RJ?

Considerações finais

O Serviço Social brasileiro tem um longo caminho pela frente. Apesar de vir, nos últimos tempos, abarcando produções bibliográficas que aprofunde a discussão sobre raça e gênero - que são também expressões da chamada “questão social” – na política de assistência social, tais dimensões dificilmente são tratadas de forma articulada (COSTA, 2017). Além disso, a dimensão de gênero ainda vem sendo abordada mais que a de raça (hooks, 2015), pois mesmo quando lembrada, permanece no fator biológico sua explicação, reproduzindo assim, preconceitos enraizados a partir do mito da democracia racial (COSTA, 2017).

Nessa perspectiva encontram-se em uma encruzilhada de dimensões e\ou no mesmo entrelaçamento de classe, raça e gênero, tanto as usuárias quanto a maioria das profissionais do Serviço Social no Brasil. Contudo, o debate pode e deve ultrapassar as relações de gênero e étnico-raciais, abordado de forma consistente e profunda, a fim de romper com a cultura afirmativa acerca do pacto da branquitude (BENTO, 2022). Ou seja, significa transformar a realidade de fato, coletivamente, gerando uma subjetividade rebelde nas negras(os), nos não brancas(os) e principalmente invadir (e ocupar) a consciência das(os) brancas(os) a fim de quebrar e\ou enfraquecer “a rubrica com o ideal de ego branco” (BASTOS e SOUZA, 2022, p.16). Ora, enquanto a branquitude mantiver seus privilégios, inviabilizando tudo que é não branco, ela também perde não alargando seus horizontes (SOUZA, 2021).

Nesse sentido, a forma proposta de trabalho social é a partir de ações culturais que respeite o território e os grupos presentes, bem como possibilitar um novo modelo de sociedade com a utilização da arte no serviço socioassistencial do PAIF. Desse modo, Marcuse (1986) afirma que a arte tem potencial transformador não porque faz a revolução, mas por mudar a consciência. E é nesse caminho que precisamos adentrar, para que através da arte, o PAIF seja um espaço que contribua para realizar a visão de si mesma(o), além de incentivar a lutar em defesa de mais seguridade. Ora, caminhar para um Serviço Social anticapitalista, antirracista e feminista, que crie uma subjetividade rebelde, visto que o capitalismo, machismo e o racismo se retroalimentam e viabilizam a desigualdade social.

Referências

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Relatório final da pesquisa sobre "A inserção da educação para as relações étnico-raciais no âmbito da pós-graduação na área de Serviço Social nos últimos cinco anos (2017-2022)**. ABEPSS, 2022. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/relatorio->

final-sobre-a-pesquisa-etnicoracial-na-posgraduacao-202212261651198092820.pdf. Acesso em: 15 dez. 2022.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 152p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro)

ARRUZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**; tradução Heci Regina Candiani. – 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2019.

BASTOS, Rogério Lustosa; SOUZA, Lizete Quelha de. **Psicologia social, cultura capitalista e subjetividades: diálogo com o Projeto Ético e Político do Serviço Social**. Rio de Janeiro, 2022.

BENTO, Cida. **O pacto da Branquitude**. – 1º ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social 2004, Norma Operacional Básica (NOB/Suas)**. Brasília: MDS, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas sobre o PAIF: o serviço de proteção e atendimento integral à família – PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, DF: MDS, v. 1, 2012.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional**. Brasília, 2022. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2022.

COSTA, Gracyelle. Assistência Social, no enlace entre a cor e gênero dos (as) que dela necessitam. **O Social em Questão**. Rio de Janeiro, v. 20, n. 38, p.227-246, mai.-ago. 2017.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. Tradução de Liane Schneider. Revisão de Luiza Bairros e Claudia de Lima Costa. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**; Tradução Heci Regina Candiani. – 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

GELEDÉS. As Mulheres negras na construção de uma utopia. Portal Geledés, 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-deuma-nova-utopia-angela-davis/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

hooks, bell. **Mulheres negras: moldando a teoria feminista**. Rev. Bras. Ciênc. Polít., Brasília, n. 16, p. 193-210, abr. 2015. Doi: <https://doi.org/10.1590/0103-335220151608>.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Impactos da pandemia de Covid-19 no mercado de trabalho e na distribuição de renda no Brasil** / organizadores: Sandro Pereira da Silva, Carlos Henrique Leite Corseuil, Joana Simões de Melo Costa. – Brasília: IPEA, 2022.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Mercado de trabalho: conjuntura e análise**. Ministério do Trabalho. – Brasília: Ipea: Ministério do Trabalho, 2002.

- JACCOUD, Luciana. Coordenação e Territórios no SUAS: O caso do PAIF. *In*: Jaccoud, Luciana (org.). **Coordenação e relações intergovernamentais nas políticas sociais brasileiras**. Brasília: IPEA, 2020. 479p.
- JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada** / Carolina Maria de Jesus; 10. ed. – São Paulo: Ática, 2014. 200p.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação - Episódios de racismo cotidiano**. Tradução Jess Oliveira. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. 248p.
- LORDE, Audre. Não existe hierarquia de opressão. *In*: Hollanda, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. 440p.
- LOUREIRO, Pedro Mendes. O neoliberalismo redutor da pobreza no Brasil e sua crise *In*: SINGER, André; ARAUJO, Cicero; RUGITSKY, Fernando (Orgs.). **O Brasil no inferno global: capitalismo e democracia fora dos trilhos**. São Paulo: FFLCH/USP, 2022. p. 211-247.
- MARCUSE, H. **A dimensão estética**. Lisboa: Edições 70, 1986.
- MARCUSE, H. **Cultura e Psicanálise**; tradução de Wolfgang Leo Maar, Robespierre de Oliveira, Isabel Loureiro. – São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Família e políticas sociais**. In: BOSCHETTI, Ivanete et.al (Orgs.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.
- MORAES, Carlos Antonio de Souza. **Perfil profissional e áreas de atuação de assistentes sociais no Norte Fluminense**. In: MORAES, Carlos Antonio de Souza; MENDES, Juliana Thimoteo Nazareno (org.). **A Questão Social no Norte Fluminense: expressões e enfrentamentos**. – Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia, 2022.
- PINTO, Carolina Quemel Nogueira. **O perfil das estudantes do curso de Serviço Social: Um debate sobre as diretrizes curriculares**. Orientadora: Amanda Gomes Pereira. 2023. 18f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação lato sensu) – Curso de Especialização em Cidadania, Inclusão e Diversidade, Universidade Federal do Maranhão, São Bernardo, 2023.
- REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. – 2. ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- RIZZOTTI, Maria Luiza Amaral; LOPES, Márcia Helena Carvalho. Política de assistência social: aspectos históricos e conjuntura atual. *In*: Souza, Fátima Valéria Ferreira de (org.). **Assistência Social em debate: interfaces de uma política em construção**. Rio de Janeiro: Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, Lab. Pesq. Ext. Serviço Social, Assistência Social e Inclusão Produtiva, 2021. 288p.
- SIEYES, E. **O que é o Terceiro Estado? / Ensaio sobre privilégios**. Madri: Alianza, 2003.
- SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Zahar. 171p. 2021
- VIANNA, M. L. T. W. **“Em torno do conceito de política social: notas introdutórias”**. Rio de Janeiro: Iuperj, dezembro de 2002.